



Este vai abaixo assim que aparecer o ministro da Economia com a picareta

Homem demolidor

O ministro da Economia quer destruir o prédio onde morreu Almeida Garrett para construir habitação. IPPAR e Câmara de Lisboa deverão aprovar pretensão polémica de Manuel Pinho

Luís Rosa
lrosa@oIndependente.pt

Manuel Pinho quer demolir o edifício onde morreu o escritor Almeida Garrett para construir um prédio de habitação. Em causa está um imóvel situado na Rua Saraiva de Carvalho, em Lisboa, comprado por uma empresa do ministro da Economia e Inovação e da sua mulher ao Grupo Espírito Santo, ex-patrão de Pinho, por cerca de 789 mil euros (158 mil contos). O projecto de arquitectura, que prevê a demolição, já foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, mas um grupo de cidadãos está a pressionar a autarquia e o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) para classificar a última residência de Garrett como património municipal ou nacional.

A pressão da sociedade civil – que teve o ponto alto com uma petição assinada por mais de 2300 pessoas,

entre as quais o deputado socialista Guilherme d'Oliveira Martins, a euro-deputada Edite Estrela e o advogado José Sá Fernandes – fez com que a autarquia adiasse a sua intenção, mas a decisão final deverá ser favorável à demolição do imóvel.

Ao que o Independente apurou, é pouco provável que a CML ou o IPPAR venham a reconhecer o valor histórico do prédio.

Na próxima semana, a vereadora da Cultura da CML, Manuela Pinto Barbosa, deverá tomar uma decisão final, enquanto o Conselho Consultivo do IPPAR ainda não tem agendado o processo em causa. Mas, segundo fonte oficial do instituto responsável pelo património nacional, uma equipa de técnicos já se deslocou ao local, “tendo concluído não haver razão, em termos de qualidade patrimonial, para classificação como imóvel de interesse público ou monumento nacional”.



Rui Dias

Guilherme d'Oliveira Martins, deputado do PS e presidente do Centro Nacional de Cultura (CNC), é um dos petiçãoários mais informados. Embora considere pre-

mature pronunciar-se sobre uma futura decisão do IPPAR e da CML, o ministro das Finanças do último governo de António Guterres considera que “os cidadãos estão empenhados em continuar a evitar que se verifique a destruição de uma memória fundamental para a cidade de Lisboa que evoca Almeida Garrett. Não vamos parar”, garante o presidente do CNC, associação que patrocinou a referida petição e que está também a lutar pela defesa da igreja paroquial de Campolide.

Oliveira Martins não quer fazer comentários quanto ao facto de o actual proprietário do imóvel ser Manuel Pinho, o que desconhecia, mas realça a importância de um edifício, nomeadamente da sua fachada, que – defende – “deveria ser classificado como património nacional”, acrescentando que “a memória de Garrett não pode ser destruída. A destruição pura e simples é extre-

mamente grave. A última morada de Garrett é ali”, como uma placa colocada na fronteira evoca.

O Independente enviou três questões escritas a Manuel Pinho mas o ministro da Economia e Inovação recusou-se a remeter uma mensagem com as respostas, nomeando o seu assessor de imprensa como porta-voz para “esclarecer” o nosso jornal.

Segundo o porta-voz de Pinho, que realça toda a “transparência” do processo, o edifício “está abandonado e em avançado estado de degradação”, tendo anteriormente sido “utilizado como armazém de uma empresa de vestuário entretanto falida”, além da “demolição ter sido aprovada antes do ministro comprar a casa”. Segundo a mesma fonte oficial, Manuel Pinho submeteu um segundo projecto de arquitectura para construir um parque de estacionamento, o que justifica a demolição, e um prédio com quatro fogos: um T3, dois T4 e um duplex com cinco assoalhadas. Neste momento, “a licença de construção está para pagamento”, e “se forem ultrapassados todos os passos processuais não há qualquer razão para que o referido projecto não seja desenvolvido”. Isto é, como o porta-voz confirma, a demolição poderá então avançar.

Manuel Pinho, porém, desconhece “qualquer processo de classificação do referido imóvel. A ser verdade, esse processo administrativo deveria ter tido lugar antes de a câmara ter aprovado o projecto de arquitectura”.

O negócio. Para comprar os números 66/68 da Rua Saraiva de Carvalho, Manuel Pinho formou propositadamente com a sua mulher uma sociedade por quotas. Por 789 mil euros (cerca de 158 mil contos), adquiriu um prédio com uma área de pouco mais de dois mil metros quadrados ao seu patrão de então, o Grupo Espírito Santo.

O porta-voz de Manuel Pinho afirma que o ministro não vê qualquer conflito de interesses, mantendo a intenção de não delegar nos seus secretários de Estado qualquer “dossiers” que se relacione com o ex-empregador do pai do Plano Tecnológico. “Antes de tomar posse, o senhor ministro demitiu-se de todos os cargos que tinha no Grupo Espírito Santo, mesmo tendo a prerrogativa de suspendê-los. E considera que estão reunidas todas as condições de imparcialidade e isenção”, afirmou o porta-voz.

Residência presidencial desprotegida

Palácio de Belém não está classificado apesar de ser um ícone da História de Portugal. Jorge Sampaio está descontente com a situação e promete proteger a casa oficial dos presidentes

Francisco Trigo de Abreu
fabreu@oIndependente.pt

O Palácio de Belém não está qualificado como património imóvel classificado ou em vias de classificação. De acordo com o “site” do IPPAR (Instituto Português do Pa-

trimónio Arquitectónico), o palácio onde viveram reis e rainhas e que serve agora de residência oficial do Presidente da República não é património mundial, não é monumento nacional nem é um imóvel de interesse municipal ou público.

Também não está na lista dos imóveis em vias de qualquer classificação, seja ela de que tipo for. Isto apesar de o próprio Presidente da República, que descobriu a situação já durante os seus mandatos, ter dado ordens para que ela seja revis-

ta. O gabinete da Presidência tem, aliás, desenvolvido várias iniciativas para que o IPPAR venha a classificar o edifício, ícone e testemunha de boa parte da História portuguesa.

O Palácio de Belém foi construído no tempo de D. Manuel I, no

século XVI, e as sucessivas remodelações não o tornaram menos importante. Antes pelo contrário. O arquitecto José Manuel Fernandes, numa análise à última remodelação, chegou a dizer que o palácio resistiu ao “teste do tempo pela sua qualidade intrínseca”. Pelos vistos, não a suficiente para que o edifício consiga resistir a uma eventual demolição. O Palácio de Belém pode mesmo ser deitado abaixo sem qualquer impedimento legal.